

A reunião extraordinária do Conselho Universitário (Consun) da quinta-feira, 15/12, destinada a discutir a maximização da deliberação 65/78, gastou boa parte do seu tempo analisando a negativa da Faculdade de Direito em aplicar as normas aprovadas pelo conselho.

O diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJEA), professor Dirceu de Mello, declarou que desde o início dos debates já havia avisado o Consun que a aplicação das normas em sua faculdade iria ser penosa, uma vez que o contrato é um acordo que envolve duas posições e “uma decisão de cima para baixo pode ser contestada”.

Analisando a postura da direção da universidade, o professor lembrou que as três candidaturas à Reitoria em 2004 (uma delas a dele próprio) haviam se comprometido a não sacrificar nenhum dos três segmentos da comunidade. O conselheiro também questionou o que chamou de “economia de palitos”, que poderia acarretar trágicas conseqüências à universidade, com a evasão daquilo que considerou como “o nosso principal capital” – os próprios trabalhadores da casa.

O funcionário Nalcir Antônio Ferreira questionou a Reitoria sobre a ausência de um projeto que justificasse todas as ações que estão sendo tomadas. O conselheiro afirmou também que realmente alguns funcionários foram induzidos a aceitar o Programa de Demissão Voluntária.

CONTRATO DOCENTE

Posição da Faculdade de Direito gera polêmica no Consun

Desacato e demissão

A postura da Faculdade de Direito gerou uma grande reação nos conselheiros. A professora Maura Vêras ressaltou que não se tratava de uma medida imposta, mas discutida no Consun. A reitora declarou ainda que vive agora um momento de enfrentamento da crise, enquanto que a campanha já ficou para trás.

O professor Carlos Eduardo Carvalho foi mais além: qualificando a postura dos docentes como desacato, afirmou que, para o caso de os professores de Direito ameaçarem entrar na Justiça para garantir os seus direitos, o Judiciário também garante à PUC o direito de demitir. “Se a Faculdade de Direito recusa-se a aplicar as normas, então a Reitoria que demita esses professores”, sugeriu.

Ao final de algumas horas de discussão, a reitora Maura Vêras afirmou que manterá aberto o canal de diálogo com a Faculdade de Direito, mas que, se até próxima quarta-feira, 21/12, nada tiver sido feito, vai propor ao Consun que

determine o corte de horas no setor utilizando-se dos dados fornecidos pela Divisão de Recursos Humanos.

Avaliação da Reitoria

Durante a reunião, foram apresentados os números dos departamentos que encaminharam suas pro-

postas de maximização à Reitoria. A maioria das unidades não havia cumprido integralmente a meta prevista pela Vice-Reitoria Acadêmica. Sem contar com os números de Sorocaba e da Pós-Graduação (ainda não tabulados) e da Faculdade de Direito, as normas aprovadas pelo Consun geraram uma economia de R\$ 975 mil na folha docente (incluindo encargos). A Reitoria, porém, avaliou que seria necessária uma nova rodada de negociação com os diversos departamentos para que as planilhas fossem fechadas em definitivo.

Sobre a posição de alguns departamentos de socializar as perdas, ficou decidido finalmente que, desde que sejam adotados os critérios de maximização e obedecidas as normas de avaliação votadas no Consun, os departamentos poderiam optar por caminhos que envolvessem esse tipo de solução.

Na próxima reunião do Consun, a Reitoria apresentará um quadro mais definido dos ajustes efetuados em cada um dos departamentos.

Em defesa do contrato de trabalho. Assumir as assembleias da Apropuc

A passividade com que a grande maioria dos professores recebeu a decisão da Reitoria/Consun de aplicar a maximização trouxe-nos a seguinte interrogação: vamos permitir que se liquide o nosso contrato de trabalho? O primeiro passo foi dado. A imposição do teto máximo conduziu à redução salarial com aumento da carga de trabalho e demissão.

Quando discutimos e acordamos a 65/78, a base da decisão era a da qualidade do trabalho para garantir a qualidade de ensino. É indiscutível a relação entre jornada e resultado educacional. Se o tempo de trabalho não estava sendo bem utilizado – como se tem argumentado – tratava-se de criar mecanismos de exigências de produtividade. Mas não é esse o motivo principal da decisão da Reitoria/Consun de romper elos do contrato de trabalho por meio da maximização.

O PDV aberto unilateralmente, as demissões em curso e as reduções absolutas e relativas dos salários indicam uma economia às custas das condições de trabalho e de ensino. Vão nos dizer que isso é evidente. E que afinal “alguma coisa tinha de ser feita” para resolver o déficit e não se retornar aos atrasos salariais.

Uma vez que os três setores da universidade – professores, funcionários e estudantes – não conseguiram se mobilizar para defender o ensino público, que seria e é a única saída progressiva para a crise, o que resta é aceitar a via dos cortes e da degradação do ensino. Essa mentalidade perdura. O que mostra a individualização e a atomização social de interesses, que se sobrepõem a uma ação e à consciência coletivas.

Um sintoma desse quadro está no não comparecimento massivo dos professores às assembleias – único instrumento possível de resistência a uma via mercantilizadora que está ganhando força em nome de solucionar a crise e do jargão manejado sem reflexão de que “alguma coisa precisa ser feita”. Dizemos sem reflexão porque expressa a negação de discutir nas assembleias da Apropuc e a “decisão” individual de delegar incondicionalmente a Reitoria/Consun o manejo de medidas sobre nosso contrato de trabalho.

Uma vez que nosso movimento tem sido fraco, sequer foi possível levar adiante a discussão sobre “outras vias” que não a da destruição do contrato de trabalho e demissões, assim aventadas pelos professores em assembleia. A Reitoria refere-se à Apropuc apenas formalmente. Ocorre que há uma orientação mercantilista dominante. A crise é real, mas o seu grau de realidade é nos inapreensível, enquanto que para a Reitoria poderá ser um meio para realizar um “projeto” de universidade privada lucrativa, ou quem sabe até mesmo altamente lucrativa.

Para avançar nesse caminho, será preciso quebrar também conquistas democráticas. O autoritarismo acompanha fatalmente as medidas de regressão. As formalidades democráticas, do momento, acobertam uma centralização antidemocrática do futuro, modelo predominante nas universidades privadas. Os primeiros traços de tal centralização já existem. A negativa da Reitoria de debater suas medidas com a Apropuc, em reunião aberta, indica esse fenômeno. Mas qualquer que seja o poder, cumpre seu papel, ainda mais em situação de crise e de agigantamento da estrutura privatista da educação.

O problema está nos professores abrirem mão da defesa democrática e não se unirem em torno de uma visão avançada de educação, que não se encaixa no mercantilismo e na forma do trabalho calculado segundo a necessidade do lucro e não das necessidades do conhecimento e da aprendizagem. Quanto mais abdicarmos de assumir a educação com um bem social, mais imperarão os interesses individuais imediatos e a consciência da inevitabilidade do mercantilismo.

Grande parte do que afirmamos nesse editorial é fruto da reflexão da diretoria da Apropuc. Chamamos os professores a se mobilizarem por meio de nossas assembleias, a pensarem de conjunto as soluções, a considerarem a importância dos funcionários e estudantes e a defenderem a educação como valor de transformação social.

Não aceitemos a destruição do nosso contrato de trabalho e as demissões como “males necessários”. É possível em nossas assembleias traçar um outro caminho!

*Ersón Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.*

CAF avisa: mais ajustes devem vir em 2006

Reunido em 16/12, o Conselho de Administração e Finanças (CAF) avaliou que as medidas adotadas ao longo de todo o ano de 2005 não serão suficientes para tirar a universidade da crise financeira.

A maximização da 65/78, uma das mais drásticas diretrizes adotadas, está inclusa nessa conta. “O efeito financeiro da maximização é limitado. Já dá para prever que não será suficiente. Vamos precisar de mais medidas”, considerou o vice-reitor administrativo Flávio Saraiva.

Os conselheiros consideraram que outras “medidas de impacto” precisam ser adotadas logo no início de 2006 – sem, no entanto, sugerir quais seriam esses ajustes, avaliando-se que deveriam ser objeto de discussão mais extensa.

A Reitoria enxerga janeiro como um “mês bom” para as finanças da universidade, com a efetivação das matrículas dos alunos. Segundo o vice-reitor Flávio, a previsão da direção da universidade é de que a receita da PUC aumente cerca de 10% nesse período.

Endossado por outros conselheiros, o professor apontou que, apesar disso, um reajuste de 7,66% deve ser aplicado à folha de pagamento docente logo nos primeiros dias de fevereiro.

A amortização da dívida milionária da universidade com os bancos Bradesco e ABN Amro – que com a carência de 14 meses começa a ser paga em outubro de 2006 – também preocupa o conselho.

Posição do Direito

A postura da Faculdade de Direito, totalmente contrária à maximização da De-liberação da 65/78, também foi tema de discussão no CAF. “Se o Direito não aplicar a maximização, a medida fica desmoralizada”, considerou o Flávio, apoiado por outros professores. “Acredito que a primeira posição é tentar demovê-los. A segunda, infelizmente, é medir forças”. O assunto volta ao Conselho Universitário nesta quarta-feira, 21/12.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. Coordenação: Valdir Mengardo. Sub-editor: Leandro Divera. Reportagem: Jaqueline Nikiforos. Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. Colaboraram nesta edição: Maria Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Eron Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. Telefones da Apropuc: 3670-8209 e 3872-2685. Correio Eletrônico: apropuc@uol.com.br. Telefone da Apropuc: 3670-8208. Endereço do PUCViva: Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. Fone: 3670-8004. Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br.

DEMISSÕES, FALTA DE DIÁLOGO,
REDUÇÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO,
AUMENTO DAS MENSALIDADES, DESCONTO DOS DIAS PARADOS,
PROGRAMAS DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA...

VOCÊ TEM ALGO A FESTEJAR?

PARTICIPE DO DIA DA CONSCÊNCIA ADMINISTRATIVA

DURANTE TODA A QUINTA-FEIRA, 22/12,
NO AUDITÓRIO BANESPA E NO SAGUÃO DA BIBLIOTECA

Rola na rampa

Quinta-feira, 22/12: Dia da Consciência Administrativa

O ano de 2005 acumulou uma série de pesados ataques contra a categoria dos funcionários. Constatando que não há motivos para festejar, a AFAPUC anunciou que neste fim de ano não vai organizar a tradicional festa dos funcionários na quadra. Ao invés da comemoração, haverá protesto e muita reflexão: a quinta-feira, 22/12, será o Dia da Consciência Administrativa, com atividades organizadas pelos próprios funcionários a partir de decisão

em assembleia. Neste dia, será inaugurada uma exposição de fotos que ilustram a história da categoria, no saguão da Biblioteca, que fica em cartaz até fevereiro. As 14h, no Auditório Banespa, começa um bate-papo sobre a situação dos trabalhadores da universidade, com uma avaliação do ano que passou e a análise das perspectivas que 2006 oferece aos funcionários que ainda restam na PUC. Ao fim dos debates, haverá um coquetel no saguão.

Cepe define novos nomes da CGE

Lila Pupo (Fonoaudiologia) e Gin Kwan Yue (FEA) formam a chapa escolhida pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe) para assumir a Coordenação Geral de Estágios (CGE) em 2006. A chapa concorreu com outras duas duplas: Antonio Márcio Guimarães e Paulo Sérgio Feuz (Direito), e Marcos Steagall e Maíra Spanghero (Ciências da Computação). Segundo a

comissão de pareceristas que avaliou os projetos dos candidatos, os nomes de Lila e Gin foram escolhidos porque suas propostas, já de início, representavam uma articulação entre setores diferentes dentro da universidade. Na reunião de 14/12, o conselho também começou a tratar do uso do novo câmpus Barueri, que deve começar a funcionar em 2006.

Sai segunda parcela do 13.º

A Reitoria anunciou que a segunda parcela do 13.º salário será paga a todos os trabalhadores da universidade nesta terça-feira, 20/12. Na quinta-feira, 15/12, o site da PUC estampou a notícia de que o 13.º já estava creditado, que provocou uma corrida aos bancos e foi desmentida alguns minutos depois.

PUC fecha mais cedo nesta sexta

Nesta sexta-feira, 23/12, o expediente da universidade termina às 12h. O funcionamento normal da universidade será retomado a partir de segunda-feira, 26/12. O mesmo procedimento ocorrerá nos dias 30/12 e 2/1.

Crise da PUC será tema da recepção 2006

Durante o Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) de 15/12, os estudantes debateram a falta de transparência e negligência da Reitoria em negociar suas reivindicações nas reuniões realizadas nas últimas semanas e as ações a serem tomadas frente ao ocorrido. Os estudantes iniciaram a preparação de uma semana de calouros que apresentará aos recém-ingressos a famosa crise da PUC e as "soluções" implementadas pela Reitoria. Para a quarta-feira da semana de recepção, programa-se um debate com os três setores da universidade.

Dois conselhos reúnem-se nesta semana

Duas reuniões de conselhos superiores vão movimentar a semana da universidade: na terça, 20/12, às 14h, haverá sessão do Conselho Comunitário (Cecom). O Conselho Universitário (Consun), numa reunião que promete ser bastante polêmica, dará a palavra final sobre os cortes de horas nos departamentos – com a maximização da 65/78 – na reunião de quarta-feira, 21/12, com início às 8h30.

Reitoria divulga mensagem de fim de ano

A Reitoria distribuiu correio eletrônico à comunidade na semana passada com o seguinte texto: "a esperança no futuro nos faz celebrar a vida. Feliz Natal e Próspero Ano Novo – são os votos da Reitoria PUC-SP".

Sul América muda telefones de atendimento

A partir desta semana, a Central de Atendimento da Sul América Seguros passa a funcionar com novos números: 4004-5900 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 900 500 (demais localidades). Serviços referentes ao cartão de identificação, autorização prévia, reembolso e dúvidas podem ser acessados por essa Central.